

## SUMÁRIO

<b>7 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS.....</b>	<b>7 - 3</b>
<i>7.1 A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).....</i>	<i>7 - 3</i>
<i>7.2 Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - 2020.....</i>	<i>7 - 6</i>
<i>7.3 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....</i>	<i>7 - 10</i>
<i>7.4 Programa Luz para Todos.....</i>	<i>7 - 15</i>
<i>7.5 Copa do Mundo da FIFA 2014.....</i>	<i>7 - 17</i>
<i>7.6 Projetos de Ampliação da Malha Ferroviária no Sul do Brasil.....</i>	<i>7 - 20</i>
<i>7.7 Duplicação da BR 101 - trecho entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.....</i>	<i>7 - 22</i>
<i>7.8 Plano Plurianual (PPA).....</i>	<i>7 - 23</i>
<i>7.9 Reforma e Ampliação do Porto de Rio Grande.....</i>	<i>7 - 25</i>
<i>7.10 Atividades Industriais no Rio Grande do Sul.....</i>	<i>7 - 26</i>
<i>7.10.1 Polo Petroquímico do Sul - Triunfo.....</i>	<i>7 - 26</i>
<i>7.10.2 Distritos Industriais .....</i>	<i>7 - 27</i>
<i>7.10.3 Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) - Canoas.....</i>	<i>7 - 28</i>
<i>7.11 Novas Unidades de Conservação e Código Estadual de Meio Ambiente.....</i>	<i>7 - 29</i>
<i>7.12 Novo Aeroporto na Região Metropolitana de Porto Alegre.....</i>	<i>7 - 30</i>

## **7 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS**

---

## 7 PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Com base nos planos, programas e projetos apresentados na sequência, é possível não só afirmar a compatibilidade do empreendimento em questão, como também validar sua importância no cenário local e regional de crescimento socioeconômico.

### ***7.1 A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)***

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) trata-se de um programa conjunto dos governos de 12 países da América do Sul, que visa promover a integração destes, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas. Assim, pretende-se estimular a integração política, econômica e sociocultural da América do Sul.

A IIRSA é financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os projetos da IIRSA são desenvolvidos a partir do enfoque de eixos de integração e desenvolvimento. O espaço sulamericano foi organizado em faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais e onde se buscam estabelecer um padrão mínimo de infraestrutura de transportes, energia e comunicações. O objetivo é promover o desenvolvimento de negócios e apoiar cadeias produtivas com grandes economias de escala ao longo desses eixos, seja para consumo interno da região, seja para a exportação aos mercados globais (QUINTANAR e LOPEZ, 2003).

Foram definidos como eixos de integração e desenvolvimento: eixo Andino, eixo Andino do Sul, eixo de Capricórnio, eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, eixo do

Amazonas, eixo do Escudo das Guianas, eixo Interoceânico Central, eixo Mercosul-Chile, eixo Peru-Brasil-Bolívia.

No Quadro 7.1 observam-se os projetos relacionados à região sul, segundo os eixos definidos no âmbito do IIRSA.

QUADRO 7.1: PROJETOS DO IIRSA QUE AFETAM A REGIÃO SUL SEGUNDO OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

EIXO	PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO DO PROJETO
Hidrovia Paraguai-Paraná	Projeto Binacional Transposição de Itaipu	Transporte	Previsto
	Ferrovia Guaíra-Cianorte	Transporte	Previsto
	Rodovia BR- 277- Santa Terezinha de Itaipu- Cascavel	Transporte	Em execução
Eixo de Capricórnio	Nova ponte Puerto Presidente Franco	Transporte	Previsto
	Dragagem do Porto de Paranaguá	Transporte	Em execução
	Conclusão do anel viário de Curitiba	Transporte	Previsto
	Construção do anel ferroviário de Curitiba	Transporte	Previsto
	Corredor Ferroviário Bioceânico Cascavel-Foz do Iguaçu	Transporte	Previsto
	Ponte Ferroviária com área de carga (Ciudad del Este- Foz do Iguaçu)	Transporte	Previsto
	Corredor Ferroviário Bioceânico: Trecho Paranaguá-Cascavel e variante ferroviária Guarapuava- Ingeniero Bley	Transporte	Previsto
	Linha de transmissão de 500 Kv- Itaipu-Assunção	Energia	Em execução

EIXO	PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO DO PROJETO
	Construção da ferrovia Cascavel- Guaíra- Dourados- Maracaju	Transporte	Previsto
Mercosul- Chile	Adequação do trecho Navegantes- Rio do Sul	Transporte	Previsto
	Ampliação da infraestrutura do Porto de São Francisco do Sul	Transporte	Em execução.
	Melhoria da infraestrutura do Porto de Itajaí	Transporte	Previsto
	Conclusão da duplicação do trecho São Paulo- Curitiba	Transporte	Previsto
	Duplicação do trecho Palhoça- Osório (SC/ RS- BR 101)	Transporte	Em execução
	Recuperação Porto Alegre- Uruguaiana (BR 290- RS)	Transporte	Em execução
	Adequação do trecho Rio Grande- Pelotas (BR- 392/ RS)	Transporte	Previsto
	Construção da planta hidrelétrica de Garabi	Energia	Previsto
	Gasoduto Aldea Brasileira (Argentina)- Uruguaiana- Porto Alegre	Energia	Em execução
	Ampliação do cais do porto de Rio Grande	Energia	Previsto
	Transporte multimodal no sistema Laguna Merín e Lagoa dos Patos	Transporte	Previsto
	Adequação ferroviária da bitola brasileira Rivera – Santana do Livramento- Cacequi	Transporte	Previsto
	Nova ponte	Transporte	Previsto

---

EIXO	PROJETO	SETOR	SITUAÇÃO DO PROJETO
	internacional sobre o Rio Peperi, Guaçu entre Paraiso (Brasil e San Pedro (Argentina)		

Fonte: BRASIL (2012a).

### **7.2 Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - 2020**

A Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) é um órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), a qual tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo, gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, eficiência energética, dentre outras.

Segundo a EPE (2011) a expansão da transmissão de energia elétrica deve ser estabelecida de forma robusta o suficiente para que os agentes de mercado tenham livre acesso à rede, possibilitando um ambiente propício para a competição na geração e na comercialização de energia elétrica. Além do atendimento ao mercado, a transmissão desempenha ainda, o relevante papel de interligar os submercados de energia elétrica, permitindo a promoção de um processo de equalização dos preços da energia por meio da minimização dos estrangulamentos entre os submercados, resultando na adoção de um despacho ótimo do parque gerador.

A elaboração dos estudos de expansão da transmissão no horizonte decenal é feita a partir das projeções de carga elétrica e do plano referencial de geração, com a utilização dos critérios de planejamento vigentes.

O estudo inicial da rede elétrica é efetuado pela análise de desempenho em regime permanente nos diversos patamares de carga e cenários de despacho de geração, através de simulações de fluxos de potência em condição normal e na contingência não simultânea dos elementos da rede.

---

O diagnóstico elaborado para a rede elétrica leva a um conjunto de estudos complementares de transmissão, executados paralelamente ou em sequência aos estudos do Plano Decenal, que realimentam o processo de planejamento, servindo de insumos para o próximo ciclo, contemplando, dentre outros:

- Análise do desempenho dinâmico do sistema interligado e determinação dos limites de intercâmbios nas interligações;
- Avaliação dos níveis de curto-circuito nas subestações ao longo do período decenal, de modo a caracterizar a superação dos limites dos equipamentos e sua influência na definição da topologia das alternativas de transmissão;
- Evolução das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- Estudos específicos de integração de empreendimentos de geração mais relevantes ou de suprimento de pontos específicos do sistema.

Estudos adicionais também se fazem necessários para dimensionar e especificar com mais detalhes as obras a serem incluídas pelo MME no programa de licitação da transmissão. Tais estudos focalizam particularmente as obras a serem instaladas nos cinco primeiros anos do período decenal.

O Sistema Interligado Nacional (SIN), devido à sua extensão territorial e à presença de um parque gerador predominantemente hidráulico, se desenvolveu utilizando uma grande variedade de níveis de tensão em função das distâncias envolvidas entre as fontes geradoras e os centros de carga. Desta forma, a Rede Básica (RB) de transmissão compreende as tensões de 230 kV a 750 kV, tendo como principais funções:

- Transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga;
- Integração entre os diversos elementos do sistema elétrico para garantir estabilidade e confiabilidade à rede;
- Interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas de modo a otimizar o uso da água; e

- Integração energética com os países vizinhos como forma de otimizar os recursos e aumentar a confiabilidade do sistema.

A base de dados referente à topologia da rede foi atualizada a partir dos dados do ciclo passado, com inclusão das informações pertinentes resultantes dos Estudos Especiais da Transmissão, dos empreendimentos consolidados no Programa de Expansão da Transmissão (PET) e das atualizações das redes das empresas referentes à suas áreas de atuação. Além das atualizações foram consideradas, principalmente para os anos finais do período decenal, obras referenciais de integração das grandes usinas e das consequentes ampliações de interligações (EPE, 2011).

A região sul, constituída pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, cumpre um importante papel na integração com os países do Mercosul, com destaque na importação/exportação de energia com a Argentina, Uruguai e Paraguai, e o Estado de Mato Grosso do Sul.

O sistema elétrico da região sul, além do atendimento ao mercado regional, participa da otimização energética entre as regiões sul e sudeste através de conexões com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A região possui uma extensa malha de Rede Básica em 525 kV que constitui o sistema de conexão entre as usinas hidrelétricas das bacias dos rios Iguaçu e Uruguai. Os grandes centros de carga são atendidos por subestações de 525/230 kV, a partir das quais se desenvolve a malha em 230 kV. As interligações internacionais constituem característica marcante da região sul, destacando-se as interligações com a Argentina através da Conversora de Garabi (2100 MW) e da Conversora de Uruguiana (50 MW), a interligação com o Uruguai através da Conversora de Rivera (70 MW) e a interligação Copel/Ande através de um conversor de 55 MW. As empresas Eletrosul, COPEL Transmissão e CEEE Transmissão são as principais responsáveis pela Rede Básica e as empresas CELESC, COPEL Distribuição,



CEEE Distribuição, AES-Sul e RGE são as principais concessionárias de distribuição que atendem a região sul (EPE, 2011).

O sistema da região sul possui uma capacidade instalada da ordem de 31.289 MW, sendo 26.365 MW hidráulicas (84,2%) e 4.924 MW térmicas (15,8%), segundo o Banco de Informações de Geração da ANEEL, com a maior parte dos aproveitamentos hidráulicos localizados nas bacias dos rios Iguaçu, Uruguai e Paraná.

No Estado do Paraná, os principais pontos de suprimento são: SE 525/230 kV Curitiba, SE 525/230 kV Areia, SE 525/230 kV Bateias, SE 525/230 kV Londrina Eletrosul e SE 525/230 kV Cascavel Oeste, atendidas por linhas de transmissão provenientes das SE's Itá, Campos Novos, Blumenau e Ibiúna (Sudeste). A região é atendida, principalmente, pela COPEL Transmissão e pela Eletrosul na tensão de 525 kV a 69 kV e pela COPEL Distribuição nas tensões de 34,5 kV e 13,8 kV. A carga do estado do Paraná, a qual corresponde a 35% do total da região, apresenta um crescimento anual médio de 3,7% no período decenal para o patamar de carga pesada.

O atendimento elétrico ao estado de Santa Catarina é feito por instalações da Rede Básica nas tensões de 525 kV e 230 kV, por DITs na tensão de 138 kV de propriedade da Eletrosul. O Estado conta com duas SEs 525/230 kV, a SE Blumenau (3 x 672 MVA) suprida por duas linhas de 525 kV, provenientes de Campos Novos e Curitiba, e a SE Campos Novos (672 + 336 MVA). Nesta subestação, que é ponto de confluência das usinas do Rio Uruguai, estão conectadas quatro linhas de 525 kV, provenientes de Machadinho, Areia, Gravataí e Blumenau. A carga do estado de Santa Catarina, a qual representa da ordem de 26% do total da região, apresenta um crescimento anual médio de 4,8% no período decenal para o patamar de carga pesada.

O Estado do Rio Grande do Sul é suprido através de um sistema em 525 kV, um sistema de 230 kV e complementado com geração das Usinas da Bacia do Rio Jacuí, da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo, de gerações térmicas a carvão das

Usinas de Presidente Médici e Charqueadas, de gerações térmicas a gás das Usinas de Uruguiana e Canoas, das Centrais Eólicas dos Parques de Osório, dos Índios e Sangradouro, além das Interligações Internacionais através das conversoras de Garabi, Uruguiana 5 e Livramento 2. A carga do Estado do Rio Grande do Sul prevista para o período 2011-2020 apresenta um crescimento médio de cerca de 3,7% ao ano, para o patamar de carga pesada.

As principais obras de atendimento aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul previstas nos estudos da EPE (2011) são apresentadas no Quadro 7.2.

QUADRO 7.2: OBRAS PREVISTAS PELA EPE PARA A REGIÃO SUL.

DESCRIÇÃO DA OBRA	EXTENSÃO	DATA PREVISTA
LT Salto Santiago - Itá 525kV	187 km	2013
LT Itá – Nova Santa Rita 525kV	314 km	2013
LT Nova Santa Rita – Camaquã 3 230kV	126 km	2013
LT Camaquã 3 – Quinta 230kV	164 km	2013
LT Guaíba 2 – Pelotas 3 230kV (Sec. Camaquã 3)	2km	2013
LT Nova Santa Rita – Porto Alegre 9 230kV	27 km	2013
LT Nova Santa Rita 525 kV	290 km	2018
LT Camaquã 3 – Quinta 230 kV (Sec. Povo Novo)	2km	2018
SE Quinta	-	2013
SE Camaquã 3	-	2013
LT Foz do Chopim – Salto Osório 2 230 kV	22 km	2011

Fonte: Adaptado de EPE (2011).

### 7.3 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro desde 2007, possui um papel preponderante na execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

---

De acordo com o Ministério do Planejamento, o PAC é um plano de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, que tem contribuído de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, elevando o investimento público e privado em obras fundamentais. Em 2011 foi lançado o PAC 2. Em seu primeiro ano foram executadas obras no valor de R\$ 204,4 bilhões, 21% do previsto para o período 2011-2014 (BRASIL, 2012b).

O PAC se estrutura nos seguintes eixos:

- Água e luz para todos: investimentos para a universalização do acesso à água e energia elétrica no país. Fazem parte desse eixo as ações Luz para Todos, Água em Áreas Urbanas e Recursos Hídricos.
- Transporte: tem como prioridade os investimentos em ferrovias e rodovias do país, otimizando o escoamento da produção brasileira e garantindo a segurança dos usuários. Fazem parte também deste eixo projetos de portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para estradas vicinais.
- Energia: Investimentos para assegurar o suprimento de energia elétrica no país a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas. Promoverão também a exploração das novas jazidas de petróleo e gás natural descobertas na camada pré-sal na costa brasileira e a construção de refinarias para ampliar e melhorar a produção de derivados do petróleo no país. Tem como áreas prioritárias a geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, marinha mercante, combustíveis renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral.
- Comunidade cidadã: Serviços sociais e urbanos nas grandes cidades brasileiras, com ações de ampliação na cobertura de serviços comunitários nas áreas de saúde, educação e cultura. Fazem parte desse eixo as Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), as Unidades Básicas de Saúde

(UBS), Creches e Pré-Escolas, Quadras Esportivas nas Escolas e Praças dos Esportes e da Cultura.

- Minha casa, minha vida: Tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro, um dos problemas mais crônicos do país. Além da construção das unidades habitacionais propriamente dita (Minha Casa, Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários.
- Cidade melhor: Ações de infraestrutura social e urbana, com o objetivo de enfrentar os principais desafios das grandes cidades brasileiras. Fazem parte desse eixo ações em Saneamento, Prevenção em Áreas de Risco, Mobilidade Urbana e Pavimentação.

No Quadro 7.3 é possível visualizar, em cada eixo, o número de obras previstas para o Estado do Paraná.

QUADRO 7.3: OBRAS DO PAC 2 PREVISTAS PARA O ESTADO DO PARANÁ.

EIXOS	AÇÕES	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Água e luz para todos	Luz para todos	1
	Água em áreas urbanas	19
Transportes	Aeroportos	6
	Portos	4
	Rodovias	19
	Equipamentos para estradas vicinais	1
	Ferrovias	5
	Hidrovias	2
Energia	Geologia e Mineração	7
	Geração de energia elétrica	8
	Transmissão de energia elétrica	104
	Petróleo e gás natural	4
Comunidade cidadã	Quadras esportivas nas escolas	21

EIXOS	AÇÕES	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
	Unidades de Pronto Atendimento	12
	Unidades Básicas de Saúde	86
	Creches e pré-escolas	87
	Praças dos esportes e da cultura	25
Minha casa, minha vida	*Urbanização de assentamentos precários	215
Cidade melhor	Saneamento	518
	Pavimentação	32
	Prevenção de áreas de risco	11

Fonte: BRASIL (2012b).

\*As ações "Financiamento SBPE- PR" e "Minha casa, minha vida" (Financiamento MCMV2- PR) não estão listadas por já estarem concluídas.

O Quadro 7.4 apresenta o número de obras previstas para Santa Catarina.

QUADRO 7.4: OBRAS DO PAC 2 PREVISTAS PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.

EIXOS	AÇÕES	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Água e luz para todos	Recursos hídricos	11
	Luz para todos	2
	Água em áreas urbanas	48
Transportes	Aeroportos	3
	Portos	9
	Rodovias	20
	Equipamentos para estradas vicinais	1
	Ferrovia	4
Energia	Geologia e mineração	7
	Revitalização da indústria naval	1
	Geração de energia elétrica	7
	Transmissão de energia elétrica	6
	Petróleo e gás natural	2
Comunidade cidadã	Quadras esportivas nas escolas	18
	Unidade de Pronto Atendimento- UPA	6

EIXOS	AÇÕES	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
	Unidade Básica de Saúde- UBS	70
	Creches e pré-escolas	75
	Praças dos esportes e da cultura	14
Minha casa, minha vida	**Urbanização de assentamentos precários	234
Cidade melhor	Saneamento	293
	Pavimentação	19
	Prevenção de áreas de risco	29

Fonte: BRASIL (2012b).

\*\* As ações “Financiamento habitacional SBPE” e “Minha casa, minha vida” (Financiamento MCMV2) não estão listadas por já terem sido concluídas.

No Quadro 7.5 pode-se observar o número de obras previstas pelo PAC 2 para o Estado do Rio Grande do Sul.

QUADRO 7.5: OBRAS DO PAC 2 PREVISTAS PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

EIXOS	AÇÕES	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Água e luz para todos	Recursos hídricos	12
	Luz para todos	2
	Água em áreas urbanas	168
Transportes	Aeroportos	4
	Portos	7
	Rodovias	24
	Equipamentos para estradas vicinais	1
	Ferrovias	1
	Hidroviás	4
Energia	Geologia e Mineração	9
	Revitalização da indústria naval	1
	Geração de energia elétrica	51
	Transmissão de energia elétrica	16
	Petróleo e gás natural	13

EIXOS	AÇÕES	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS
Comunidade cidadã	Quadras esportivas nas escolas	16
	Unidade de Pronto Atendimento	13
	Unidade Básica de Saúde	112
	Creches e pré-escolas	126
	Praças dos esportes e da cultura	27
Minha casa, minha vida	***Urbanização de assentamentos precários	222
Cidade Melhor	Mobilidade Urbana	2
	Saneamento	620
	Pavimentação	29
	Prevenção de áreas de risco	42

Fonte: BRASIL (2012b).

\*\*\*As ações "Financiamento habitacional SBPE" e "Minha casa, minha vida" (Financiamento MCMV2) não estão listadas por já terem sido concluídas.

#### 7.4 Programa Luz para Todos

O Governo Federal lançou em novembro de 2003 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país através do Programa "Luz para Todos", com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobras e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% delas têm renda inferior a três salários mínimos (BRASIL, 2012c).

Para por fim a essa realidade o governo definiu como objetivo, que a energia seja um vetor de desenvolvimento social e econômico dessas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da

---

energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Mas durante a execução do Programa, novas famílias sem energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o "Luz para Todos" foi prorrogado para ser concluído no ano de 2011.

Para o atendimento de toda essa população, o Governo Federal destinou recursos provenientes de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR). O restante do investimento é partilhado entre governos estaduais e as empresas distribuidoras de energia elétrica.

Porém o Censo 2010, do IBGE, apontou a existência de uma população ainda sem energia elétrica em suas casas, localizada, principalmente, nas Regiões Norte e Nordeste e nas áreas de extrema pobreza. Para atender a essas famílias, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.520/2011, instituiu uma nova fase do Programa, agora para o período de 2011 a 2014, com foco aos cidadãos contemplados no "Plano Brasil Sem Miséria" e no "Programa Territórios da Cidadania", ou estabelecidos em antigos quilombos, áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária, em regiões que sejam afetadas pela construção de usinas hidrelétricas e localizados em área de elevado impacto tarifário.

Dessa forma, os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul permanecem desenvolvendo ações do programa "Luz para Todos", que, associado ao programa "Territórios da Cidadania", buscam promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, superando a pobreza e gerando trabalho e renda no meio rural, além do fornecimento de energia elétrica às comunidades desassistidas (BRASIL, 2012d).



---

### **7.5 Copa do Mundo da FIFA 2014**

A Copa do Mundo de 2014 demandará investimentos significativos, tanto dos governos como da iniciativa privada, e o grande desafio está na melhoria da infraestrutura e serviços nas capitais que sediarão os jogos, sendo eles: estádios, hotéis, rodovias, aeroportos, reurbanização, segurança e principalmente energia elétrica (E&Y/FGV, 2010).

Para subsidiar tais melhorias, desde que o Brasil foi escolhido para sediar os jogos da Copa de 2014, vários cenários se desenharam. Até meados de 2009, uma das apostas de modelo de financiamento era a realização de Parcerias Público-Privadas (PPPs), principalmente para reforma e construção de estádios e investimentos em mobilidade urbana. No segundo semestre de 2009, foi anunciado que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizaria recursos para obras e edificações por meio de linhas de crédito.

Em fevereiro de 2010, o BNDES anunciou outra linha de financiamento, no valor de R\$ 1 bilhão, para reforma, ampliação e construção de hotéis. Um pouco antes, o governo federal já havia disponibilizado até R\$ 9 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para obras de transporte que facilitem o acesso a estádios, aeroportos e portos nas 12 capitais sede. Os recursos, que integram o chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sob o aspecto da mobilidade, priorizarão o transporte coletivo, como corredores de ônibus, veículos leves sobre trilhos (VLT's) e metrô.

A segunda parte do PAC - o chamado PAC 2, contemplará as áreas de: logística, mobilidade urbana, rodovias, portos, aeroportos e energia elétrica (E&Y/FGV, 2010).

Para garantir a qualidade do evento, a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) faz inúmeras exigências em relação à infraestrutura das cidades e instalações que sediarão os eventos da Copa. No quesito infraestrutura elétrica, o item principal refere-se à necessidade de redundância na transmissão de energia, para aumentar a confiabilidade no sistema elétrico e por isso, da necessidade de

---

ampliação da capacidade instalada das Linhas de Transmissão de energia elétrica em operação nas regiões que sediarão os jogos.

De acordo com estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul terão que implementar novas Linhas de Transmissão e subestações de energia para atender à demanda dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Nos estados do Sul do Brasil, o planejamento incluiu a implantação de linhas de transmissão, sendo que uma dessas estará entre as usinas hidrelétricas de Salto Santiago (PR) e Itá (SC) e outra de Itá ao município gaúcho de Nova Santa Rita, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Essas linhas, que representam o objeto deste estudo, reforçarão a integração das hidrelétricas no Paraná e em Santa Catarina com o centro de carga do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2012b, e).

Para suprir a demanda da Copa de 2014, o plano de ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica contempla ainda novas linhas de transmissão entre as subestações de Nova Santa Rita e Quinta, além de uma nova subestação denominada SE Camaquã 3 (BRASIL, 2012b, e).

A EPE também apontou a necessidade de construção de uma nova subestação para a região de Curitiba e de uma nova linha de transmissão com 35 km de extensão, ligando as subestações de Curitiba e Curitiba Leste. Segundo a EPE, essas obras irão garantir o atendimento dentro dos padrões de confiabilidade e qualidade aos dois Estados até o ano de 2020 (BRASIL, 2012b,e).

Apesar de ser uma cidade grande, Porto Alegre ainda conserva os ares e as tradições de uma cidade pequena. Os parques são frequentados por muitos e são ideais para reunir as pessoas e tomar o tradicional chimarrão. Há também churrascarias e restaurantes tradicionais italianos e alemães para quem aprecia a boa culinária. A cultura é outro ponto forte da capital gaúcha, que possui diversos centros culturais e livrarias. Em função disso, a cidade que representa uma das sedes dos jogos da Copa de 2014, atrairá turistas do mundo todo, que por sua vez, necessitará entre outros, de aeroportos e rede hoteleira para comportar tal

contingente, e conseqüentemente aumentará consideravelmente o consumo de energia para atender às necessidades básicas e possibilitar o conforto dos visitantes.

Conforme já descrito, as obras de ampliação das linhas de transmissão de energia elétrica já estão em implementação, no entanto, com relação à infraestrutura dos aeroportos, a INFRAERO tem um cronograma de obras para modernizar e ampliar a capacidade dos aeroportos de todo o país, sendo que em janeiro de 2012 foram concluídas as obras de Implantação do Módulo Operacional do Aeroporto Internacional Salgado Filho - Porto Alegre (RS) e, atualmente, estão em andamento dentre outras, as obras de Construção do Novo Terminal de Cargas do Aeroporto de Porto Alegre (INFRAERO, 2012).

Nos aeroportos da região sul do país, encontra-se em execução as obras apresentadas no Quadro 7.6.

QUADRO 7.6: OBRAS NOS AEROPORTOS DA REGIÃO SUL.

AEROPORTO	AÇÕES PREVISTAS	TÉRMINO
Aeroporto Internacional Afonso Pena Curitiba (PR)	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário.	Dezembro de 2013
	Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares.	Agosto de 2012
	Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Táxi e Obras Complementares	Concluída
Aeroporto Internacional Hercílio Luz Florianópolis (SC)	Construção do Novo Terminal de Passageiros	N/D
Aeroporto Internacional Salgado Filho Porto Alegre (RS)	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª fase) e do Pátio de Aeronaves	Dezembro de 2013
	Ampliação da pista de pouso e decolagem	Março de 2014
	Implantação de Módulo Operacional	Concluído

Fonte: Adaptado de INFRAERO (2012).

As ações previstas para o Aeroporto Internacional Salgado Filho - Porto Alegre (RS) promoverão a ampliação dos serviços e da estrutura nas categorias demonstradas no Quadro 7.7.

QUADRO 7.7: AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS APÓS AS OBRAS NO AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO - PORTO ALEGRE (RS).

DADOS OPERACIONAIS	2011	2014
Terminal de passageiros (m <sup>2</sup> )	37.600	60.300
Capacidade do terminal (ano)	13,0 milhões	18,8 milhões
Demanda Passageiros/ano	7,8 milhões	8,8 milhões
Pátio de aeronaves (m <sup>2</sup> )	157.930	197.130

Fonte: INFRAERO (2012).

Todos esses empreendimentos refletem o empenho na modernização e ampliação dos aeroportos brasileiros, principalmente nos estados sede dos jogos mundiais. Cabe destacar que a necessidade de realização de obras de infraestrutura é particularmente interessante para o país, que poderia ter seu ritmo de crescimento dos próximos anos prejudicado, sem a realização dos significativos investimentos previstos na ampliação e melhoria de portos, aeroportos, mobilidade urbana, serviços de energia, telecomunicações, entre outras medidas que serão tomadas para atender à necessidade imposta pela realização da Copa de 2014, no entanto, é ainda mais importante lembrar que tais medidas representarão benefícios permanentes aos estados, e consequentemente, ao país como um todo.

### **7.6 Projetos de Ampliação da Malha Ferroviária no Sul do Brasil**

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias publicou no dia 18 de junho, no Diário Oficial da União, o edital de licitação nº 03/2012, que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) dos seguintes novos trechos ferroviários:

- Lote 01 – EF 151 – Ferrovia Norte Sul (FNS) – Trecho Panorama/SP – Chapecó/SC;
- Lote 02 – EF 151 – Ferrovia Norte Sul (FNS) – Trecho Chapecó/SC – Porto Rio Grande/RS;
- Lote 03 – EF 484 – Ligação Ferroviária – Trecho Maracaju/MS – Cascavel/PR;

Tais empreendimentos irão configurar um prolongamento, na região sul do Brasil, da Ferrovia Norte-Sul, em mais 1.620 km entre a cidade paulista de Panorama e o porto de Rio Grande (RS).

O outro trecho se constituirá num prolongamento da Ferroeste, que parte do Porto de Paranaguá (PR) e segue na direção oeste do Estado, passando por Guarapuava, até chegar a Cascavel. O novo trecho prolongará a Ferrovia 484 em mais 360 km entre Cascavel (PR) e Dourados/Maracaju (MS).

Os planos da VALEC são de contratar a empresa, que realizará esses estudos, até setembro de 2012, e ter os estudos concluídos até meados de setembro de 2013. Após a conclusão dos estudos, a empresa se programará para a realização dos Projetos Básicos para cada um dos novos trechos, ao mesmo tempo em que buscará a obtenção das Licenças Ambientais necessárias.

Segundo a VALEC, empresa pública do Ministério dos Transportes, responsável pela execução dos mais significativos projetos ferroviários do país na tarefa de ampliar, integrar e modernizar a logística do sistema ferroviário brasileiro, o prolongamento da Norte Sul até o Porto de Rio Grande, passando por importantes polos produtivos da região sul do país, representa a alternativa mais eficaz para a solução do transporte de carga na região, pois estará se conectando com a malha ferroviária já existente, ao mesmo tempo que chega aos principais portos, e alivia o tráfego de cargas nas rodovias.

Ainda segundo a VALEC (2012), essas obras possibilitarão ao Brasil reparar uma das mais expressivas falhas no seu Plano Nacional de Logística de

Transportes, oferecendo condições efetivas para a garantia do crescimento sustentável do país, amparado por uma estrutura sólida, abrangente, integrada e, também, mais econômica. A construção da Ferrovia Norte-Sul se constitui no passo decisivo para o resgate do modal ferroviário e traduz, de forma concreta, a seriedade com que o Brasil está encarando o seu plano de revitalização do setor, que, por certo, vai inaugurar uma nova fase para o desenvolvimento do país e criar condições adequadas para a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Por outro lado, o prolongamento da Ferroeste até a região de Dourados/Maracaju, no Mato Grosso do Sul, representará o desafogo para o transporte de carga, que hoje sobrecarrega as rodovias da região rumo aos portos como Paranaguá e São Francisco do Sul, em Santa Catarina (VALEC, 2012).

### **7.7 Duplicação da BR 101 - trecho entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul**

O projeto de modernização, ampliação da capacidade e duplicação da BR-101 Sul é uma obra do Governo Federal, realizada pelo Ministério dos Transportes e executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Para a execução da obra, desenvolveu-se um estudo de pré-viabilidade, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em convênio com o Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CENTRAN), no período de novembro/96 a dezembro/97.

No estudo foram selecionadas as melhores rotas para a ligação rodoviária entre os países do Mercosul. Simultaneamente houve uma avaliação ambiental submetida à análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) - órgão licenciador do empreendimento.

Em 2001 foram liberadas as primeiras Licenças Prévias. Em 15 de novembro de 2002, foi emitida a Licença de Instalação - LI nº 181, do Projeto de Modernização e Ampliação da Capacidade Rodoviária da BR-101 Sul, trecho Florianópolis/Osório, com validade por quatro anos e posteriormente renovada em dezembro de 2006 e

---

validade até dezembro de 2008. A nova LI 572/2008, de 05/01/2009 é a licença vigente e tem validade por quatro anos.

O trecho possui 348 km de rodovia e liga Palhoça (SC) a Osório (RS). A obra é cercada de todos os cuidados para a proteção ambiental e beneficiará uma população de cerca de 800 mil habitantes em 25 municípios nos dois estados, integrando o importante eixo rodoviário por onde circulam turistas. E ainda, é a rota do Mercosul.

As obras são executadas pelo consórcio entre as empresas CONCREMAT - TECNOSOLO - CNEC e as informações apresentadas sobre a BR 101 Sul foram obtidas no sítio eletrônico do consórcio.

### **7.8 Plano Plurianual (PPA)**

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública brasileira, obrigatório para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Tem duração de quatro anos, com início do segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo e término no final do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento, mesmo no caso de troca de governo.

O PPA tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e prioridades do Governo Estadual; organização dos propósitos da administração estadual em programas; integração do plano com o orçamento, por meio dos Programas e Iniciativas; e a transparência das ações de governo.

O Plano Plurianual do Paraná para o período 2012 a 2015, influenciado pelo planejamento estratégico adotado pela União na concepção do seu PPA, foi elaborado com a adoção de uma nova proposta, incorporando parte das novas orientações do Governo Federal, adaptando-o às especificidades do estado.

As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas, sendo o Programa desdobrado em Iniciativas e Metas, além de evidenciar as Principais Propostas definidas nas Metas de Governo.

O valor global dos recursos estimados para o período do PPA, incluindo o Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e o Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, é da ordem de R\$ 139.592.745.914,00 (cento e trinta e nove bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quatorze reais) a ser destinado aos projetos de todos os segmentos de atuação do governo.

O PPA de Santa Catarina define como uma das diretrizes setoriais a distribuição de energia elétrica de forma rentável e segura, satisfazendo clientes, colaboradores e acionistas. A política estadual de energia tem como objetivos ampliar a oferta agregada de energia a partir de uma matriz energética diversificada que valorize as fontes alternativas; melhorar as condições de acesso à energia nas diferentes localidades do estado e assegurar o suprimento energético compatível com as metas de crescimento econômico.

O PPA 2012-2015 em todos os seus programas, será financiado por recursos do Tesouro do Estado, das empresas estatais, de empréstimos com organismos nacionais e internacionais e por outras fontes, e tem previsão de aplicação de recursos no valor de 102,4 bilhões de reais de todas as fontes do PPA para o período dos 4 anos.

O Plano Plurianual 2012-2015 do Rio Grande do Sul tem nos seus programas e ações fundamentados em torno de quatro eixos fundamentais:

- Alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda;
- Promover o desenvolvimento regional;
- Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema;
- Aprimorar a cidadania, promover a paz e os valores republicanos.

A estimativa da receita pública para o Projeto de Lei do PPA 2012-2015 prevê uma projeção de arrecadação da ordem de R\$ 184,34 bilhões, compreende a



---

totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações. Excluindo as receitas intraorçamentárias, de R\$ 29,27 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$ 155,07 bilhões, correspondente a R\$ 150,84 bilhões de receitas correntes e R\$ 4,23 bilhões de receitas de capital.

### **7.9 Reforma e Ampliação do Porto de Rio Grande**

Segundo a SEINFRA (2012), a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), juntamente com outros entes que integram a chamada comunidade portuária do complexo, está em elaboração um planejamento estratégico concebido para definir o perfil do porto e traçar metas de desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos.

O objetivo deste planejamento será melhorar a organização e a gestão profissional do complexo, assim como otimizar as vantagens de ter uma localização geográfica privilegiada, com a maior profundidade do Atlântico Sul, buscando deixar o Porto do Rio Grande mais atrativo, confiável e seguro no cenário portuário internacional.

O estudo terá como temática a discussão com a comunidade portuária sobre o futuro do Porto do Rio Grande, as perspectivas de mercado, o aparelhamento operacional, de infraestrutura e inovações tecnológicas capazes de dar eficiência a operação, e ainda os principais problemas atuais e suas devidas soluções.

O Porto do Rio Grande passará por diversas obras de melhoria para sua infraestrutura ainda no ano de 2012, segundo o anúncio feito em outubro de 2011 pelo Ministro dos Portos ao Secretário de Infraestrutura e Logística do Rio Grande do Sul e divulgado pela SEINFRA (2012). Além da dragagem de aprofundamento, estão previstas obras de modernização do cais público do Porto, com a construção de 1.125 metros de cais, além da recuperação do Molhe Leste (etapa já concluída com recursos do PAC).

---

### **7.10 Atividades Industriais no Rio Grande do Sul**

Os centros industriais distribuídos ao longo do Estado do Rio Grande do Sul, como os localizados na Serra Gaúcha, na região do Porto de Rio Grande e na Região Metropolitana de Porto Alegre, tem sua matriz energética baseada na autossuficiência (por meio de fontes secundárias), na utilização de gás natural (através do gasoduto Brasil-Bolívia) e no consumo de energia elétrica, entre outras fontes de energia menos representativas no contexto de totalidade.

No Estado do Rio Grande do Sul a área urbana se destaca (81,6%) e cerca de 28% da população urbana está localizada nos municípios que formam a Região Metropolitana de Porto Alegre – principal centro consumidor de energia do estado (tanto residencial quanto industrial) (AL, 2012).

Por isso, quando tratamos de planos, programas e projetos correlacionados à implantação da LT 525kV Santo Santiago - Itá - Nova Santa Rita C2, estamos indiretamente nos referindo a tudo o que está em projeto ou em desenvolvimento na região e, principalmente, no que se refere ao consumidor final, impulsionado pelo aumento na demanda de energia elétrica nas áreas altamente populosas e principalmente, intensamente industrializadas.

Nesse contexto, é necessário que os conceitos de independência energética sejam repensados, considerando por exemplo o caso do Rio Grande do Sul, que por estar geograficamente na parte mais setentrional da federação e localizado na extremidade do sistema interligado nacional, pode ter a energia elétrica consumida no Estado gerada no Paraná, e que por meio dos sistemas de transmissão, chega para atender a uma demanda local (BERS, 2011).

#### **7.10.1 Polo Petroquímico do Sul - Triunfo**

O Polo Petroquímico do Sul é um complexo industrial formado por 5 empresas (Braskem, Innova, Lanxess, Oxiteno e White Martins) com

---

aproximadamente 6.300 funcionários numa área de 3600 hectares, sendo metade da mesma um cinturão verde.

Sua estrutura está localizada na cidade de Triunfo, a 52 quilômetros de Porto Alegre, o que facilita o acesso dos trabalhadores que, diariamente, se deslocam de Triunfo e de diversas cidades do estado até o complexo petroquímico.

A inauguração do complexo aconteceu em 4 de fevereiro de 1983, que retomou a industrialização no Estado e até hoje contribuiu para o desenvolvimento da região, oferecendo novas oportunidades de trabalho e um crescimento econômico significativo.

### **7.10.2 Distritos Industriais**

Segundo a SDPI (2012) o programa de implantação de Distritos Industriais é mais um instrumento de que o Estado do Rio Grande do Sul dispõe para alavancar o desenvolvimento industrial, e está fundamentado no Decreto Estadual nº 32.666 de 27 de outubro de 1987 que regulamentou o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI).

Ainda segundo a SDPI (2012), os distritos industriais possibilitam a implantação ou realocação de projetos industriais e de atividades correlatas, e se distribuem pelas regiões de Alvorada - Viamão, Guaíba, Bagé, Rio Grande e o Distrito Industrial de Montenegro - Triunfo, o qual destaca-se por estar na área de influência direta do empreendimento em questão.

Tal distrito conta com uma área total de 718,58ha dispondo de completa infraestrutura, com arruamento, redes de energia elétrica em AT 13,8kV e 69kV, telefonia, rede de água, além da possibilidade de utilização do porto fluvial Santa Clara de propriedade da Braskem a cerca de 6km do local. A estrutura inclui gás por tubulação e uma estação de tratamento de efluentes (SITEL) da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN).

O acesso se dá pela BR-386 (Tabaí-Canoas), RS-124 e TF-010, hidroviário pelo rio Caí e porto Santa Clara, e ferroviário pelo ramal da ALL.

Atualmente conta com 8 empresas implantadas, dentre elas: Polo Films, Bepo, John Deere, Masisa e Hexion, além de outras em processo de instalação.

### **7.10.3 Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) - Canoas**

Cidade vizinha à capital gaúcha, Canoas possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, sendo sede de grandes empresas nacionais e multinacionais, como a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), Springer Carrier e AGCO do Brasil, além de nomes fortes nos ramos de gás, metal-mecânico e elétrico. Canoas foi escolhida como cidade estratégica do gás natural. O gás que vem da Bolívia termina na Usina Termoelétrica Sepé Tiaraju concentrada ao lado da REFAP.

A Alberto Pasqualini – REFAP S.A. é uma empresa do Sistema Petrobras que atua no segmento de Energia. Situada no município de Canoas (RS), começou a operar em 1968, como uma unidade de operações da Petrobras e desde 2010 se tornou uma empresa de capital 100% Petrobras, possibilitando ganhos de logística e otimização do processamento de petróleo nacional e produção de derivados, além da execução dos investimentos programados para produção de Diesel com baixo teor de enxofre, em atendimento à legislação vigente.

Com uma capacidade de produção de 900 milhões de litros de derivados de petróleo por mês, a REFAP atua fortemente na região sul do Brasil atendendo aos mercados do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina.

O óleo diesel é seu principal produto, seguido pela gasolina, nafta petroquímica, querosene de aviação, óleo combustível, gás liquefeito de petróleo, asfaltos e outros derivados.

Os derivados de petróleo também são exportados pela REFAP. Hoje, mercados como Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia recebem diesel produzido pela refinaria e a região do Caribe recebe gasolina.

---

### **7.11 Novas Unidades de Conservação e Código Estadual de Meio Ambiente**

Segundo informações prestadas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) o estado não possui nenhum processo em andamento no que diz respeito a criação de novas Unidades de Conservação na região oeste e sudoeste do Paraná.

O estado também não dispõe de Código Estadual de Meio Ambiente, sendo que o Paraná segue o prescrito pela Política Nacional de Meio Ambiente.

No Estado de Santa Catarina, em consulta realizada junto a Gerência de Unidades de Conservação e Estudos Ambientais da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) também não existe nenhum processo de criação de novas Unidades de Conservação que envolvem os municípios atingidos pelo traçado da LT 525kV Salto Santiago - Itá - Nova Santa Rita.

Através da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009 foi instituído o Código Estadual de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e como o próprio documento afirma, o Brasil é um país com dimensões continentais, de diversidades climáticas, topográficas, étnicas e culturais, não está incólume aos efeitos das transformações que ocorrem diariamente no planeta, como o crescimento econômico, urbanização e explosão populacional. No entanto, justamente por ser um país tão grande e eclético, não pode ter ignorada a realidade de cada região, sendo essa a principal função do Código Estadual, nortear as peculiaridades do território catarinense.

No Rio Grande do Sul, em consulta realizada junto ao SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação da SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, não existe nenhum processo de criação de novas Unidades de Conservação na localidade do traçado da LT em tela.

Quanto ao Código Estadual de Meio Ambiente, a Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000 (publicada no DOE nº 148, de 04 de agosto de 2000) instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando e apontando diretrizes para temas como: unidades de conservação, licenciamento ambiental, audiências públicas, infrações e penalidades, procedimentos, água, solo,

---

ar, flora, fauna, mineração, resíduos, patrimônios (ambiental, genético, paleontológico e arqueológico), mata atlântica, gerenciamento costeiro, entre outras particularidades do Estado do Rio Grande do Sul.

### ***7.12 Novo Aeroporto na Região Metropolitana de Porto Alegre***

Com o intuito de qualificar o transporte aéreo do Rio Grande do Sul, com dois grandes aeroportos operando simultaneamente, as prefeituras das regiões Metropolitana e Vale do Caí estão mobilizados na tentativa de implantação do assim denominado Aeroporto Internacional 20 de Setembro, o qual pretende-se construir em área localizada entre os municípios de Portão, Nova Santa Rita e Capela de Santana, em terreno com mais de 16 quilômetros quadrados de extensão.

A proposta foi ganhando forma a partir da constatação de que o Aeroporto Internacional Salgado Filho não disponibiliza de muito espaço para futuras ampliações. Situação semelhante ocorreu no Rio de Janeiro quando, devido à impossibilidade de crescimento do Aeroporto Santos Dumont, houve a necessidade de construção do Aeroporto Internacional Tom Jobim/Galeão.

A intenção é que o Aeroporto Internacional 20 de setembro tenha capacidade inicial para 15 milhões de passageiros/ano, além de duas pistas - a principal, com 3,2 mil metros de extensão, e a secundária, com 2 mil metros de comprimento - distantes 740 metros uma da outra, permitindo pousos e decolagens simultâneos. O grupo favorável à obra, avalia que o novo terminal resolveria a questão aeroportuária do Rio Grande do Sul por pelo menos quatro décadas, sem prejuízo às melhorias projetadas para o Aeroporto Internacional Salgado Filho.